



CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

ATA 27/2022

REUNIÃO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de setembro de 2022, reuniram-se na sala das Comissões, na Câmara Municipal de Pato Branco os vereadores integrantes da Comissão de Justiça e Redação, **Romulo Faggion - União Brasil (Presidente)**, **Eduardo Albani Dala Costa - MDB (Membro)**, **Marcos Diedrich Junior - União Brasil (Membro)**, **Marcos Junior Marini - Podemos (Membro)**, **Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera - PV (Membro)**, o Presidente da Comissão abriu a reunião, agradeceu a presença de todos, em sequência passou a palavra aos membros para deliberação dos projetos a seguir citados.

Projeto de Lei nº 124/2022, que “Repristina a vigência das Leis nº 3.227, de de setembro de 2009 e nº 4.789, de 12 de maio de 2016”. De relatoria da Vereadora Maria Cristina de O. R. Hamera, a qual explanou que o projeto visa a represtinação das leis acima citado, visto que a mesma foram revogadas equivocadamente por meio da consolidação de leis, é um caso de exceção a regra, que está sendo aplicado para atender a necessidade de restaurar as leis equivocadamente revogadas por consolidação. A relator exarou parecer favorável a normal tramitação do projeto. Os membros da comissão acompanharam o parecer.

Projeto de Lei nº 92/2022, que “Regulamenta a concessão de benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do Município de Pato Branco e dá outras providências”. De relatoria do Vereador Marcos Marini, o qual explanou que o projeto visa regulamentar a concessão de benefícios eventuais, Pato Branco tem lei de 2015 que regulamenta, esses benefícios, porém se faz necessária uma nova lei com diretrizes mais especificadas. O relator por orientação do jurídico solicitou a Ata da reunião que tratava sobre o assunto por meio de requerimento. Também foram redigidas três emendas, a primeira sendo, emenda modificativa alterando a ordem do artigo 27 e 28, segunda emenda também modificativa alterando o texto do parágrafo 5º do artigo 7º, e a terceira emenda modificativa alterando o artigo 11º do projeto. O relator exarou parecer favorável a normal tramitação do projeto. Os membros da comissão acompanharam o parecer.

Projeto de Lei nº 216/2021, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar Incentivo Financeiro Adicional aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias e dá outras providências” o relator explanou que foi realizado requerimento solicitando respostas da secretária, sendo respondido por meio do ofício todos questionamentos realizados. O relator exarou parecer favorável a normal tramitação do projeto. Os membros da comissão acompanharam o parecer. **Projeto de Lei Complementar nº 05/2022**, que “Altera dispositivo da Lei Complementar nº 81, de 16 de abril de 2020, que disciplinou a dação em pagamento de bens imóveis, como forma de extinção da obrigação tributária, prevista no inciso XI, do art. 156 do Código Tributário Nacional, acrescido



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500



<http://www.patobranco.pr.leg.br>





CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

pela Lei Complementar Federal no 104, de 10 de janeiro de 2001, e o artigo 310, inciso XI, da Lei Complementar no 001/98 - Código Tributário Municipal". O relator explanou que o projeto visa disciplinar a dação em pagamento de bens imóveis, colocando que os imóveis devem ter três avaliações, para levantar o valor real dos bens. Foi sugerido pelos membros da comissão, que seja realizada uma emenda modificativa alterando o texto do artigo 2º, para que sejam realizadas três avaliações técnicas de órgãos credenciadas ao CRECI ou com anotação de responsabilidade técnica - ART. O relator se comprometeu a redigir a emenda a qual será assinada por todos os membros da comissão. O relator exarou parecer favorável a normal tramitação do projeto. Os membros da comissão acompanharam o parecer.

Projeto de Lei nº 132/2022, que "Altera dispositivo da Lei nº 5.951, de 13 de julho de 2022, a qual dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, funções e subfunções de Governo, metas e riscos fiscais, diretrizes gerais para elaboração financeira e políticas de fomento e desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco no exercício de 2023", de relatoria do Vereador Romulo Faggion, o qual explanou que em se tratando de matéria orçamentária de acordo com o inciso II, parágrafo 2º, do artigo 165, da Constituição Federal é de competência do Executivo alterar diretrizes orçamentárias. Por decisão da comissão, ficou decidido que o Vereador Marcos Marini, um dos autores do projeto, irá conversar com os demais autores, para decisão dos próximos movimentos em relação a continuidade ou retirada do projeto. Nada mais a ser tratado, o Presidente vereador Romulo Faggion, encerrou a reunião. Eu Thais Fernanda Nunes - Assessora Parlamentar lavrei a presente Ata que passa a ser assinada por todos os Vereadores presentes na reunião.

Pato Branco, 21 de setembro de 2022.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500



<http://www.patobranco.pr.leg.br>

